

## Sessões ordinárias

**Área:** 4. Estados e Nações face à nova configuração do capitalismo

**Sub-área:** 4.2 - Estado e políticas públicas

Rejane Gomes Carvalho<sup>1</sup>

### **Política pública de qualificação profissional e a busca permanente do trabalhador para existir**

#### **Resumo**

A modernização do processo de produção trouxe novas configurações para as relações sociais de trabalho, de modo a exigir uma postura de adaptação ou qualificação da força de trabalho às forças da reprodução do capital, alterando também a relação do Estado com a sociedade. Neste artigo, buscou-se abordar a relação de dominação do capital sobre o trabalho e reconhecer as ações de políticas públicas, voltadas para a qualificação profissional, como iniciativas que tendem a reforçar a importância da força de trabalho na sua condição de mercadoria, que precisa ter seu valor de uso constantemente renovado para servir às necessidades da reprodução do capital. Além de uma revisão teórica, visando resgatar os fundamentos da teoria do valor e da exploração em Marx, para evidenciar a relação de poder do capital sobre o trabalho, utilizou-se de pesquisa de campo que analisou o Plano de Qualificação Profissional \_ PNQ e o Plano Territorial de Qualificação \_ PlanTeQ, no estado da Paraíba, que tem como principal objetivo relacionar a qualificação profissional à formação cidadã dos indivíduos. Como reflexão, observou-se que estas duas categorias são conflitantes por natureza, tendo em vista que o livre jogo do mercado inclina-se no privilégio da formação de um indivíduo prático e acrítico, contrariando a noção de trabalho como uma relação social que fortalece o trabalhador.

Palavras-chave: Política pública, qualificação profissional, capital

#### **Abstract**

The modernization of the production process brought new settings for the social relations of work, so as to require an attitude adjustment or qualification of labor to the forces of reproduction of capital, also changing the relationship between state and society. In this article, we attempted to address the relationship of domination of capital over labor and recognize the actions of public policies aimed at the professional qualification, such initiatives tend to reinforce the importance of the workforce in their condition of goods that need have its value in use constantly renewed to serve the needs of capital reproduction. In a theoretical review, aiming to recover the foundations of the theory of value and exploitation in Marx, to show the relationship of power of capital over labor, we used field research that examined the Plano Nacional de Qualificação \_ PNQ e o Plano Territorial de Qualificação \_ PlanTeQ in the state of Paraíba, which has as main objective the qualification relating to the civic education of individuals. As a reflection, it was observed that these two categories are conflicting in nature, given that the free market leans on the privilege of forming an individual practical and uncritical, contradicting the notion of work as a social relation that strengthens the worker..

Keywords: Public policy, professional qualification, capital

---

<sup>1</sup> Professora doutora do Departamento de Economia/UFPB.

## **1 Introdução**

A nova ordem econômica global, pautada na flexibilização da produção e na desregulamentação do trabalho, fez surgir novos comportamentos, mentalidades e valores adequados ao ritmo da sociedade, mais indiferente e veloz, alterando as relações sociais da produção, a pretexto da maior competência e produtividade. Nenhum lugar e nenhum indivíduo estão seguros ou isentos das consequências desse movimento incessante, que marca a história da própria humanidade. O que não tem sido alterada é a relação de poder entre os indivíduos na disputa de lugares. Renovam-se apenas os instrumentais e as ideias que servem à dominação de uns sobre outros, dos que controlam e se apropriam de maior parcela da riqueza gerada sobre aqueles que a produzem diretamente. Aparentemente, surgem novos conceitos e valores, mas que funcionam como artifícios necessários à recriação dos mecanismos de controle do capital sobre o trabalho e de aprofundamento dos princípios neoliberais, ressignificando as ideias de autonomia, competência e empreendedorismo, como expressões da figura do “novo trabalhador” na sociedade atual.

Nesta sociedade multifacetária, é importante observar o caráter assumido pela política pública de emprego, especialmente, no tocante aos programas de qualificação profissional que surgem com a proposta de (re)inserção profissional e social dos sujeitos acometidos pelo processo de desinserção. Ademais, é importante analisar se esta inserção pode ser promovida, simultaneamente, pela qualificação profissional e pela formação cidadã dos sujeitos, com o sentido de fazê-los conhecedores do seu lugar social.

Deve-se considerar que a qualificação profissional está permeada pelos preceitos neoliberais que norteiam, não somente o comportamento dos empresários, mas invadem o cotidiano dos trabalhadores despossuídos de meios de produção, determinando uma postura moderna e empreendedora para gerenciar ou contornar as dificuldades em tempos de crise ou de desemprego. É preciso desenvolver a postura de um sujeito “proativo”, “competente”, “flexível” o suficiente para ser instruído diante das exigências do mercado de trabalho, mudar de função e de lugar quando for necessário. Assim, assiste-se à formação de um novo sujeito \_ um trabalhador flexível, não somente no trabalho, mas com valores também flexíveis \_ adequado a um mundo onde as relações de trabalho e as relações pessoais também são fluidas; um sujeito naturalizado às mudanças do seu tempo, acreditando ser mais autônomo e senhor de suas decisões. Este é o efeito de renovação das forças produtivas do capital e do controle sobre o trabalhador no processo de criação de valores: fazer o sujeito pensar que detém todo o controle sobre o processo de trabalho que realiza, que pode decidir como e quando quer trabalhar. Não se dá conta que a autonomia do trabalhador no mercado de trabalho, na verdade, é um artifício e representa a instabilidade e a insegurança do capitalismo contemporâneo, deixando o trabalhador aparentemente livre para dele aproveitar-se quando for

conveniente, para reduzir os custos que o trabalho instável proporciona ou para se utilizar dos benefícios que o trabalho marginalizado, precário ou informal pode gerar, numa funcionalidade que se faz harmoniosa em meio às contínuas desinserções.

Toda a história da relação social capitalista se fez com a permanente renovação das formas de dominação do capital sobre o trabalho, adaptando a mão-de-obra aos avanços das forças produtivas, encontrando-se o trabalhador num movimento incessante de revitalização do valor de uso da sua força de trabalho, no intuito de mantê-la como mercadoria “vendável” para o capitalista. Se assim tem sido, não é nada estranho que ainda perdure a mentalidade de que faltam trabalhadores qualificados no mercado, enquanto sobram empregos, pois a responsabilidade de vender força de trabalho é do trabalhador, assim como a de buscar qualificar incansavelmente a sua mercadoria. Desse modo, cabe-lhe também a responsabilidade da inserção ou de ter sido excluído, amenizando a responsabilidade do Estado e tornando menos importante o processo de desinserções como parte da natureza da reprodução do capitalismo.

Neste trabalho, buscou-se como propósito estudar a política de qualificação profissional no estado da Paraíba a partir do Plano Nacional de Qualificação e do Plano Territorial de Qualificação - PNQ/PlanTeQ, no período compreendido entre 2003 e 2010, intentando investigar, principalmente, a proposta estabelecida pelos programas de relacionar a qualificação profissional e a formação cidadã dos indivíduos num contexto de desinserções no mundo do trabalho. A pesquisa direta foi realizada nas cidades de João Pessoa e Cabedelo, a partir de entrevistas com gestores, executores de cursos profissionalizantes e educandos, procurando investigar a sua relação com a política de qualificação profissional, diante da realidade local.

Neste percurso, buscou-se identificar qual trabalhador está sendo formado frente às transformações mais recentes nas relações sociais de trabalho, tendo em vista que o sujeito encontra-se cada vez mais submetido às condições do capital para sobreviver. Foi importante reconhecer a política pública de qualificação profissional no estado da Paraíba como um espaço em construção, em que se fez marcante a disputa de poder na redefinição dos lugares sociais, não se isentando de práticas assistencialistas e clientelistas, mas também se compondo num ambiente de diálogo e do reconhecimento mútuo da força dos sujeitos, envolvidos no movimento dialético de construção social de uma política pública.

## **2 A condição de subsunção do trabalhador ao capital**

A nova dinâmica, alcançada pelo processo de trabalho em função do advento da maquinaria, do seu aperfeiçoamento e do aprofundamento da divisão do trabalho, dilapidou o saber profissional do trabalhador de ofício, obrigando-o a estar condicionado e adaptado às funções determinadas

pelas máquinas. Diante dessa acomodação do trabalho, é necessário reconhecer que a existência do capitalismo alterou, não somente a base técnica da produção, mas também a subjetividade do trabalhador. Na medida em que naturalizou a noção do trabalho coletivo e parcelizado, fez com que a formação profissional estivesse voltada para atender aos interesses diretos da produção, em detrimento da construção do saber para a vida social do sujeito e de sua individualidade.

Considerando a natureza expropriadora do capital, não se poderia esperar outro interesse do capitalismo sobre a formação profissional dos trabalhadores que não fosse para promover a sua adaptação às novas condições técnicas, exigidas no processo de trabalho, pois uma educação que contemplasse interesses que fossem além da instrução profissional, poderia implicar no desenvolvimento de um pensamento crítico e despertar posturas políticas e ações classificadas como subversivas pelos capitalistas. Se assim fosse, estaria ameaçado também o controle do capital sobre o processo de trabalho. Educar e instruir o trabalhador para o trabalho industrial é necessário, mas também é vital para o capital condicionar essa formação de modo que não ameace os limites da submissão do trabalhador ao sistema produtivo. Essa armadilha do capital, arquitetada para preservar a aparente superioridade das máquinas no processo produtivo, só pode se perpetuar mediante a manipulação ideológica dos valores relativos à dimensão do trabalho e da vida política, consoante aos interesses da reprodução do capital. Neste sentido, Mészáros construiu a seguinte reflexão:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu \_ no seu todo \_ ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (Mészáros, 2005, p. 35).

Para o capital, é importante ter trabalhadores resignados e sempre dispostos a servi-lo. Não se pode esperar, como regra geral, que no capitalismo seja promovida uma educação que contemple outras necessidades da vida dos sujeitos, como a política, a cultura e o lazer, e que não esteja diretamente conectada com o trabalho e com uma vida para o consumo de mercadorias, já que este constitui a fonte de renovação do sistema. É por isso que o sistema educacional e de formação profissional, tal como se desenvolveu para dar sustentação à expansão do capital, não pode oferecer condições plenas para a emancipação dos trabalhadores no capitalismo, tendo em vista a força ideológica para a acomodação e sujeição dos trabalhadores, naturalizados em suas funções limitantes. Conforme assinalou Mészáros:

(...) fica bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente *primária* que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, *por si só*, fornecer uma alternativa emancipadora

radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa \_ ou mesmo mera tolerância \_ de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de *romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana*, seria um milagre monumental (Mészáros, 2005, p. 45).

Considerando o caráter preponderante e as forças alienantes do capital sobre o trabalho, tornou-se relevante pensar como a educação profissional vem sendo orientada, tendo em vista a necessidade de adaptação da força de trabalho ao desenvolvimento do instrumental técnico ao longo dos tempos. Também é importante compreender que somente a instrução técnica para o trabalho, não contribui com uma educação para a vida, que tenha o sentido de formar um cidadão capacitado para emancipar-se politicamente e de reconhecer-se como sujeito social. Para a manutenção do sistema “sociometabólico” do capital, é mais seguro formar um sujeito adaptável, resignado, e que exerça a função de autômato, ou seja, que sirva funcionalmente ao capital. Ainda em conformidade com Mészáros (2005), apesar da educação formal ser orientada ideologicamente e exercida pelas instituições a serviço do capital, a educação do indivíduo deve representar um processo que comporte não somente o aprendizado formal e profissional, mas também as histórias de vida em sua complexidade, marcadas pelas experiências familiares, pelas relações sociais, pelos afetos e pelos conflitos, o que termina por contribuir para formar visões de mundo e possibilitar o desenvolvimento de uma reação dos sujeitos diante da realidade social de alienação, condicionada pelo capital.

O grande desafio da sociedade presente é exatamente tentar empreender uma formação para o trabalho que esteja diretamente conectada com uma educação para a vida social, em que se conceba um sujeito pleno em suas habilidades técnicas, útil para o trabalho, mas que também possa exercer o direito à cidadania, capaz de pensar, criticamente, e posicionar-se, politicamente. A destituição dos meios de produção, sofrida pelo trabalhador, expressou não somente a perda de controle sobre os elementos materiais da produção, mas sobre a sua própria vida. O controle do capital sobre o trabalho significou, portanto, o comando dos processos técnicos da produção, mas representou, sobretudo, o controle da formação do sujeito no sentido de pensar, agir e existir. Assim, na medida em que o sistema do capital recria a necessidade inesgotável de qualificação profissional para os trabalhadores, considerando-os sempre desqualificados, diante do frenético avanço tecnológico, na verdade, está promovendo o adestramento em massa da força de trabalho, tornando-os civilizados e educados para o trabalho, uma vez que instruídos, tornam-se competentes e úteis para a sociedade. Portanto, a formação profissional, disseminada nos moldes tradicionais e conservadores do capitalismo, só pode contemplar, limitada e tutelada, a intenção de tornar útil a força de trabalho para ser explorada. É uma educação voltada para o mercado que considera a força

de trabalho como uma mercadoria, que precisa ter seu valor de uso sempre renovado para ser consumida no processo produtivo.

Desse modo, é da essência do sistema capitalista buscar a acumulação de riqueza por meio do controle e da exploração do trabalho alheio e pela reificação do processo produtivo, fazendo com que toda a força produtiva do trabalho pareça capacidade criadora do capital, sacrificando, não somente a posição do trabalhador na relação material da produção, mas corrompendo a sua individualidade, o seu saber profissional e a sua capacidade de pensar e agir como sujeito social (Arendt, 2009).

O despotismo do capitalismo só pode ser exercido mediante a subsunção do trabalhador, quer seja pela relação formal de compra e venda de força de trabalho, pelo domínio da técnica no processo de trabalho, quer pela ideologia. São, portanto, armadilhas que o capitalismo se utiliza para dominar os trabalhadores e poder legitimar-se enquanto sistema de exploração. O controle pelo desemprego traz a ameaça permanente da não sobrevivência, ao mesmo tempo em que renova a premissa fundamental da perpetuação do capitalismo: a submissão do trabalho ao capital.

### **3 O lugar do trabalhador e a eterna busca pela qualificação profissional**

As transformações mais recentes das forças produtivas, em função do padrão de produção flexível, atendendo ao movimento renovador da acumulação de capital, têm provocado significativas mudanças nas relações sociais de produção e no cotidiano dos indivíduos.

O trabalho encontra-se em metamorfose, redefinindo sua forma e o seu lugar. Mas, essa nova morfologia se, por um lado, pode fazer emergir atividades atípicas com relações de trabalho precárias<sup>2</sup>, com outras formas de solidariedade, localizadas fora do trabalho assalariado, aparentemente, desvinculando o trabalhador da sociedade industrial, por outro lado, marca uma fase mais intensa do processo de mercantilização da força de trabalho, em que se faz necessária a sua afirmação, enquanto mercadoria que “existe”.

O *status* do trabalhador, na condição de assalariado, pode estar se perdendo em meio ao amplo progresso técnico que seleciona e exclui os sujeitos do cenário da produção tradicional, mas não significa que o trabalho humano deixou de ser importante no processo de produção de valores e de mais-valia, mesmo que isso ocorra, indiretamente, com o trabalho social. Assim, cabe aqui

---

<sup>2</sup> Por atividade ou trabalho precário entendem-se as atividades que se desenvolvem por meio da subcontratação, do trabalho temporário e parcial, sem vínculo contratual, do rebaixamento arbitrário da remuneração, da ausência de proteção e segurança para o trabalhador, podendo, ainda, ocorrer, ou não, em espaços insalubres e instáveis, entre outras.

reforçar o conceito de força de trabalho como mercadoria que se renova. Nesta condição, a força de trabalho, para existir, tem que ter valor e valor de uso<sup>3</sup>, como qualquer outra mercadoria.

Mesmo que o trabalhador possua certas habilidades, se estas não estiverem adequadas às condições produtivas, a força de trabalho não representa valor de uso para o capitalista e, desse modo, não pode funcionar como trabalho produtivo.

O trabalhador sempre se esforçou para ser reconhecido como força útil de trabalho e encontrar-se apto às condições da compra e da venda, esta entendida como uma relação social entre capital e trabalho. Desta relação, depende a sobrevivência do trabalhador na satisfação de suas necessidades vitais e na construção de sua identidade social, enquanto sujeito útil e necessário ao sistema. Além disso, depende a sobrevivência do capitalista, enquanto dono do capital, porque é da compra e venda de força de trabalho que estão dadas as condições da exploração e apropriação de mais valia.

O consumo do trabalhador, ao ter convertido seu salário em bens de subsistência, deve ser considerado consumo produtivo para o capitalista, pois é dessa forma que as novas mercadorias são absorvidas no mercado, promovendo a sua circulação e a não ocorrência de crises de superprodução (Marx, 1989). Levando-se em conta o alargamento das atividades produtivas,<sup>4</sup> todos os indivíduos que disponham de algum tipo de renda, representam potencial consumidor a ser explorado para o capital, portanto, independente da condição em que o trabalhador se encontre \_ se fora ou dentro da produção \_, é consumo produtivo para o capitalismo.

O capitalismo não tem pudores na hora de oferecer suas mercadorias no mercado, ávidas para realizarem seus valores nas mãos de um comprador e dar espaço a outra massa de mercadorias. E é assim que o capital se reproduz, fazendo circular as mercadorias cada vez mais velozmente, criando desejos e necessidades, persuadindo as mentes enfeitiçadas pelo que é moderno à procura de qualquer consumidor que obedeça à única condição exigida: ter dinheiro para comprar ou crédito fácil, não importa qual a sua origem.

No mundo das mercadorias nenhuma delas está isenta de sofrer as influências do mercado quanto à concorrência, qualidade, marketing, entre outros aspectos; muito menos no que se refere à força de trabalho. Hoje, dada a necessidade de circulação sempre mais rápida, as mercadorias têm um tempo de vida útil cada vez menor, tornando-se facilmente substituíveis e ultrapassadas, descartáveis. É assim também com a força de trabalho que, a princípio, já se encontra submetida às condições da concorrência entre os próprios trabalhadores. Na tentativa de manter seu lugar, no caso do trabalho assalariado, o trabalhador se esforçará para acompanhar as mudanças tecnológicas, além de ser eficiente e produtivo, ou seja, funcionando como valor de uso para o seu empregador.

---

<sup>3</sup> Para o aprofundamento sobre a teoria do valor e o processo de compra e venda da força de trabalho, ver Marx, 1989.

<sup>4</sup> Consideram-se, aqui, todas as atividades que utilizam o trabalho humano para criar bens-mercadoria, quer utilizem o trabalho assalariado formal ou não.

Ademais, as suas horas vagas que, supostamente, seriam dedicadas ao ócio, ao lazer, à família e à cultura, são cada vez mais ocupadas com a formação profissional, como forma de compensar as inevitáveis lacunas na sua condição de trabalhador útil, diante dos avanços tecnológicos, fazendo parte de uma educação em prol do capital (Mészáros, 2005).

Desse modo, a qualificação profissional ressurgiu como mais um espaço ocupado na vida do trabalhador, assalariado ou não, para ser funcional à reprodução do capital, pois, devido à necessidade de servir como consumo produtivo ao capital, qualquer instrução profissional a mais adquirida pelo trabalhador, também funcionará como instrumento de seleção no momento de se admitir trabalhadores, jogando, para os campos da exclusão, aqueles que não conseguiram ter valor de uso em suas mercadorias força de trabalho, suficiente para torná-las aceitáveis e “vendáveis”. Estes trabalhadores excluídos, portadores de força de trabalho inútil, são fáceis de serem substituídos e descartáveis \_ desnecessários (Castel, 1998).

Assim, ao contrário do que a aparência indica, os trabalhadores nem são livres realmente e nem vivem para si o tempo livre fora do trabalho: primeiro, porque necessitam submeter-se ao capital para sobreviverem, vendendo sua única mercadoria, a força de trabalho; e, segundo, porque a relação social da troca precisa ser sempre renovada, o que implica a renovação/adaptação do valor de uso da força de trabalho para o capitalista. É esta submissão que permite ao capitalista tomar para si, ainda que indiretamente, todo o tempo livre do trabalhador, quer seja pelo consumo de bens e serviços, produzidos pelo capital, quer pelo tempo dedicado à educação e à formação profissional. Portanto, todo o consumo do trabalhador opera como consumo produtivo para o capitalista.

Apesar de a teoria clássica de Marx, a respeito da forma mercadoria da força de trabalho, ser pertinente para entender as relações sociais de produção, no capitalismo contemporâneo, é oportuno tornar a análise atual no que se refere ao estreitamento dessa relação com o Estado, não somente no campo institucional, mas como parceiro necessário para a continuidade da reprodução do capital.

A política pública de qualificação profissional, como investimento público na força de trabalho, atua para a formação e adaptação às novas condições do processo de trabalho, servindo para baratear os custos da mão de obra, ao mesmo tempo em que garante força de trabalho útil e potencial consumidor para o capital, quando lhe convier. O setor privado, historicamente, utilizou-se desse fundo público que funcionou como parte do capital social para financiar e auxiliar a reprodução do capitalismo (Oliveira, 1998). Esta relação funcional serviu, em muitos momentos, para recompor o cenário das relações de troca e garantir a manutenção do potencial dos consumidores de massa, embora, indiretamente, também fosse financiada a necessidade decrescente do capital por trabalho vivo.

A qualificação profissional pode ser encarada, então, como contínua necessidade de renovação do valor de uso da mercadoria força de trabalho podendo, também, ser traduzida na luta



para existir, enquanto sujeito produtivo na sociedade capitalista, mesmo que seja de forma indireta, pelo consumo de bens e serviços ou em atividades funcionais ao sistema produtivo. Por isso, a política pública de qualificação da mão-de-obra pode vir a consubstanciar-se, ainda, em aperfeiçoamento das formas de exploração e controle da força de trabalho, conforme indicam Castel (1998) e Ortega, Ocanã e Farelo (2004), o que não é surpresa quando se trata do capitalismo.

O que surgiu como novidade neste movimento de renovação do valor de uso da força de trabalho foi a evocação de um comportamento individualista e empreendedor sobre a conduta do trabalhador, passando a influenciar a formulação da política pública de emprego. Aparentemente o sujeito tornou-se mais “visível” na sociedade, saindo da sua condição de “paisagem”, esta como expressão do não reconhecimento dos sujeitos sem trabalho, como bem lembrou Telles (2001). Contudo, a falsa noção de trabalhador livre, apenas veio reforçar a sua condição de submissão às novas necessidades de qualificação impostas pelo mercado.

A qualificação profissional aparece como uma necessidade particular do indivíduo na busca por sua inserção ou manutenção no mercado de trabalho, como se a instrução técnica, por si só, fosse garantia de empregabilidade. É natural que a orientação profissional seja um requisito importante para a formação de uma vida pelo trabalho. O que não é aceitável, como sendo máxima inquestionável é que, o desemprego ou a desinserção social, seja justificada somente pela falta de qualificação dos trabalhadores, sem que se questione o desemprego estrutural como sendo consequência do progresso da ciência e da técnica, ou expressão da natureza excludente do capitalismo.

O que vem marcar o caráter da qualificação profissional, nos dias atuais, é a autoresponsabilização pela condição de vulnerabilidade ou exclusão do trabalhador, no mercado de trabalho, tendo em vista o amplo processo de flexibilização da produção e das relações de trabalho desencadeado, especialmente, a partir da segunda metade do século XX, em todo o mundo. Com a ampliação da massa de trabalhadores, em situação de desinserção social, a qualificação profissional passou a ser tratada como instrumento de reinserção, inclusive assumindo o caráter de política pública (Dedecca, 1998 e Azeredo, 1998). Neste contexto, resgatou-se o sentimento de ambição pessoal intrínseco ao ser humano e basilar do neoliberalismo, mobilizando um exército de trabalhadores para as frentes da qualificação. Como lembrou Dugué (1998), nesta batalha pela técnica, sobressaem-se os que forem mais ambiciosos, hábeis, competentes e produtivos, símbolos do novo trabalhador “proativo”.

Ao trabalhador, não basta ser somente possuidor de força de trabalho. É preciso, sobretudo, ser um empreendedor de si mesmo, saber produzir e vender a sua mercadoria força de trabalho. Portanto, aos que não conseguiram alcançar tal façanha, restou assumir o fracasso pessoal e o seu lugar de excluído; o mercado de trabalho oferece lugar para todos, o trabalhador é que não sabe

aproveitar as oportunidades. Esta é a mentalidade que prevalece. Forma-se, então, um “novo trabalhador”, em decorrência do trabalho flexível, ambientado com a insegurança e a instabilidade, buscando um lugar em disputa permanente. Com ele, outra subjetividade é gestada com a apologia ao individualismo e ao empreendedorismo pessoal, fazendo com que o trabalhador aproxime-se mais do comportamento e da moral capitalista, ao mesmo tempo em que se vê perdendo o sentido de coletividade em relação àqueles que dependem do seu próprio trabalho para viver. Assim, além de servir de mecanismo para atualizar e reforçar as formas de controle do capital sobre o trabalho (Antunes, 1999), o caráter ideológico sobre o qual a qualificação profissional tem sido encaminhada, no atual modelo, ainda pode criar um falso sentido de autonomia e participação do sujeito (Nogueira, 2005 e Telles, 2001), quando o faz acreditar ser capaz de gerenciar a sua própria força de trabalho ou de se libertar do processo de exclusão.

Se a busca pela inserção do trabalhador é uma necessidade vital, com a venda da mercadoria força de trabalho, nos dias de hoje, é a reinserção em função do desemprego o novo elemento que compõe a questão social. Foi desse modo que a inclusão social surgiu como preocupação na orientação das políticas públicas. Todavia, a desinserção pelo trabalho também implica em desintegração e desmobilização política, como bem destacou Castel (1998), tendo em vista a heterogeneidade de funções e atividades produtivas a descaracterizar a antiga organização da divisão do trabalho, com base na venda formal da força de trabalho.

Mais do que antes, a força de trabalho ocupa o lugar de mercadoria que precisa ser renovada para manter-se como valor de uso para o seu comprador. A diferença é que esta venda, não necessariamente, precisa ocorrer como trabalho assalariado, mas pode emergir como trabalho temporário, atípico, autônomo, dentre tantas outras formas, caracterizando uma nova sociabilidade, embora estejam mantidas e aperfeiçoadas as condições do controle do capital sobre o trabalho.

### **3.1 Qualificação profissional e competência**

Neste trabalho, aborda-se a qualificação profissional enquanto uma relação social<sup>5</sup>. Visto desse modo, é importante reconhecer o conceito de qualificação, como sendo um processo permanente de resignificação em prol da adaptação do trabalhador aos avanços do processo produtivo, mas também parte do desenvolvimento da vida do sujeito em que se deve considerar a educação, a cultura, os afetos, a política, entre outros, integrando um processo amplo de formação. Para tanto, essas mudanças não ocorrem de maneira isenta, mas estão sendo influenciadas, o tempo todo, pelos interesses ideológicos do capital, destruindo e criando novas sociabilidades para os

---

<sup>5</sup> Para o conceito de qualificação profissional como relação social utiliza-se como principal referência as contribuições de Naville. Para maiores informações consultar Ramos, 2002.

trabalhadores. Assim, a noção de competência veio representar, também, a noção de qualificação ressignificada, para expressar a sociabilidade do trabalho no modelo da acumulação flexível, demonstrando a recomposição da relação entre capital e trabalho.

Na compreensão de Paiva (2002), a sociedade contemporânea demanda, não somente habilidades práticas, adequadas às novas formas de trabalho, mas um conjunto de forças psíquicas e virtudes pessoais, que estão além da simples noção de qualificação e de competência, representando atributos e condutas que se fazem necessários ao funcionamento da vida. Assim, assiste-se à criação de um comportamento adaptado ao aumento da competição, em que os sujeitos são desafiados a superar as dificuldades, ter iniciativa própria e elaborar alternativas para sobressair-se no trabalho em relação aos seus colegas.

Considerando, ainda, as reflexões da autora, a sociedade que hoje se apresenta está orientada pela racionalização e pela flexibilização do trabalho, fazendo com que a noção de meritocracia seja reorientada e reforçada sobre a aquisição de conhecimento, especialização e empenho individuais. Antes, a obtenção do diploma tinha uma importância definitiva para se conseguir um emprego, assim como a existência marcante do cartorialismo e da tradição como prática social. Mas, este tipo de comportamento em relação ao trabalho foi sendo substituído pela formação de uma atitude mais individualista dos sujeitos que buscam adquirir competências e capacidades para adaptação em um mundo flexível, com ocupações também flexíveis, onde o mérito passou a ser determinado pela competência. Por outro lado, Paiva alertou para a falsa impressão de “tempo livre” que esta sociedade flexível criou sobre o indivíduo. Até o tempo fora do trabalho encontra-se ocupado pela necessidade permanente de aprender, conhecer pessoas, lugares, consumir cultura, informação e ideias, integrando-se às competências necessárias às exigências do trabalho, do cotidiano e da socialização que se estabeleceu com a era da informação rápida e eficiente. Assim, a tecnologia invadiu o espaço doméstico das famílias e as subjetividades foram modificadas, passando a exigir dos indivíduos comportamentos adaptados às novas tecnologias, adquirindo hábitos e ideias próprias de uma vida fugaz e flexível em todos os campos da vida. De acordo com a autora:

(...) as condições objetivas do mundo contemporâneo estão a exigir qualificação real, ou seja, formação de base sólida e de qualidade bem como qualidades capazes de assegurar uma adaptabilidade constante \_ para a qual é preciso dispor de um elevado patamar de resistência psíquica em geral e um baixo nível de irritabilidade, difícil de ser obtido em tais circunstâncias (Paiva, 1995, p. 79).

A problematização em torno do conceito de qualificação se deu a partir da crise da sociedade assalariada e pela nova lógica de racionalização, trazida com o modelo de produção e de trabalho flexível. Em função disso, o conceito de competência passou a refletir melhor a condição assumida pelo trabalhador em meio à concorrência e à necessidade de empregabilidade, atribuindo

maior importância ao caráter da “socialização” como uma “construção social mais complexa”. Para a autora,

(...) As “competências” não teriam um sentido mais restrito que qualificação; mas certamente supõem um atendimento mais estrito das necessidades do capital, por um lado, e a um preparo adequado aos novos tempos em que é preciso encontrar alternativas ao desemprego, por outro. Virtudes pessoais são acionadas como parte das competências em escala incomensuravelmente maior que quando se tratava de qualificação, mensurável por mecanismos mais objetivos num momento em que os empregos ou a inclusão dependiam menos do capital cultural e social dos indivíduos (Paiva, 2002, p. 57).

Contudo, sendo representante de uma nova mentalidade em relação ao trabalho, a noção de competência tende a naturalizar a fragmentação, a precarização e a intensificação do trabalho. Pois, implica na perda de direitos, na aceitação da incerteza, na desinserção social, na valorização das virtudes individuais, na busca da empregabilidade e na formação de uma sociedade menos democrática, expressando, assim, um modo de vida. Com isso, verificou-se a transferência da responsabilidade pela (re)inserção social dos trabalhadores do plano social para o individual, fazendo com que a formação de habilidades, atitudes e esforços passassem a compor as competências necessárias de um currículo em condições de competir em um mercado dinâmico. Desse modo, para a autora, as instituições voltadas para a educação profissionalizante, públicas e privadas, foram sendo cobradas para se adaptar às novas exigências do mercado na formação de competências, orientando-se para o aprofundamento da subsunção da educação ao capital.

Sob a égide da competência, observou-se um processo amplo de desvalorização das profissões tradicionais em todos os níveis, provocando o aprofundamento da estratificação social. Tal processo fez com que a formação profissional fosse complexificada em função da fragmentação de operações e funções, o que implicou em aumento da qualificação média dos trabalhadores, embora não signifique mudança essencial na estrutura social e na distribuição da riqueza. A maior consequência da desvalorização das profissões é o enfraquecimento do papel político dos trabalhadores e das suas formas de organização no embate contra o domínio do capital. Assim, para a autora, verificou-se:

(...) juntamente com a abundância da força de trabalho qualificada, uma espécie de “refeudalização das relações e do mercado de trabalho”, fazendo crescer a importância do capital social para a inserção e permanência no mercado formal de emprego. Esta é uma consequência muito pouco democrática. No entanto, a natureza geral e abstrata das qualificações básicas exigidas conduz à possibilidade de uma visão crítica da tecnologia e da sociedade (Paiva, 1995, p. 88).

Desse modo, a necessidade de aumentar a qualificação, ou mesmo a formação de competências, enquanto novo modelo de socialização do trabalho, implica em um grande desafio para as novas gerações de trabalhadores em meio a exigência de se tornarem capazes, de terem

atitudes positivas diante das incertezas e de serem proativos com o objetivo de incluírem-se, diante da crescente exclusão social. Aliás, é sobre esse estado de necessidades que o capital se aproveita, sempre recriando novas exigências de admissão no mercado de trabalho e submetendo os sujeitos ao seu controle. Assim, o aumento da qualificação, que também pode ser encarado como desqualificação do trabalhador, veio representar mais um instrumento de exclusão social pelo trabalho daqueles indivíduos que não conseguem fazer-se competentes e proativos, além de submeter aqueles que se mantêm ocupados sob o seu domínio e às necessidades da acumulação de capital.

O grande desafio da política pública de qualificação no Brasil se apresenta na necessidade de qualificar o trabalhador, diante das novas exigências no mundo do trabalho e, especialmente, preparar os sujeitos para a vida, adquirindo condições para saber se posicionar politicamente, sem se deixar engolir, acriticamente, pelas tecnologias que tendem a racionalizar tanto a organização do trabalho quanto os valores morais.

#### **4 Políticas públicas, qualificação profissional e cidadania**

Em se tratando do modelo de acumulação capitalista vigente, pautado na produção e no trabalho flexível, é necessário considerar também as transformações na relação do Estado para com a sociedade.

Em decorrência do crescimento das desinserções, Ortega, Ocanã e Farelo (2004) assinalaram uma tendência de aproximação da política social com a política de emprego, como demonstração de um novo posicionamento do Estado em relação à questão social, uma vez que o crescimento da pobreza encontrava-se diretamente relacionado com o aumento do desemprego, a partir dos anos de 1980. Esta tendência aparecia preocupante na medida em que uma assistência mais emergencial, considerando o sujeito pobre e desempregado e numa situação de vulnerabilidade social, se se fizesse por prazo indefinido e sem estratégias de reinserção social, poderia virar assistência permanente. Além disso, poderia desvirtuar a noção de direitos universais, processo que Ortega, Ocanã e Farelo, denominaram como “desmercantilização de direitos sociais”, tendo em vista que é ao Estado que cabe a assistência ao contingente de excluídos. Desse modo, assistiu-se lentamente ao reposicionamento do Estado, diante da questão social no capitalismo contemporâneo: o crescimento do desemprego e da pobreza.

Sobre esse novo caráter, atribuído à questão social, em que se ressaltou, ideologicamente, a responsabilização individual pela exclusão, Iamamoto destacou que:

Por uma artimanha ideológica, elimina-se, no nível da análise, a dimensão coletiva da questão social, reduzindo-a a uma dificuldade do indivíduo. A pulverização da questão social, típica da

ótica liberal, resulta na *autonomização de suas múltiplas expressões* \_ as várias “questões sociais”, \_ em detrimento da perspectiva de unidade. Impede assim de resgatar a origem da questão social imanente à organização social capitalista, o que não elide a necessidade de apreender as múltiplas expressões e formas que assume (Iamamoto, 2001, p. 18).

O Estado foi reformulando sua intervenção de modo a amenizar as consequências sociais do desemprego com ações que ganharam expressão, por meio da política social e de emprego, voltadas para assistir os excluídos, intermediar a mão de obra, orientar para a formação social, além de apoiar mecanismos que facilitassem a (re)inserção dos sujeitos no mercado de trabalho, com incentivos fiscais aos empregadores. Segundo Ortega, Ocanã e Farelo (2004), formou-se um sistema de informações com profissionais e estudiosos, especializados em tratar o problema do emprego, classificando esta ação de “psicologização” do problema do emprego, com uma tendência a individualizar os desocupados e desviar da discussão fundamental que provoca o desemprego \_ o processo da reestruturação produtiva e a acumulação de capital. Os autores chamaram atenção para o fato de as políticas públicas agirem, apenas no apaziguamento do desemprego e da pobreza, tratando-os como problemas isolados e deixando de lado suas verdadeiras causas estruturais. Desse modo, reforçou-se a responsabilização individual do sujeito pela situação de desempregado, assim como o desenvolvimento de estratégias para inserir-se no mercado de trabalho.

Um dos instrumentos de ação da política pública tem sido o incentivo à formação profissional dos trabalhadores que, ao mesmo tempo assume a necessidade de qualificação, diante das transformações técnicas na produção, numa conjuntura de crise de emprego, e também vem funcionar como resposta política do Estado para o problema da desinserção. Estas ações voltadas para a orientação profissional, tendem a reforçar a responsabilidade do sujeito para a formação de competências e desviam-se das discussões mais qualitativas sobre o problema. Com o foco da política pública, voltado sobre a qualificação profissional, sendo esta reformulada para a noção de competência, o Estado voltou-se para interpretar o problema do emprego de forma individualizada, cultivando a ideia conservadora de que existe emprego e o que falta é trabalhador qualificado. Além disso, não se pode descartar a possibilidade de instrumentalização política dos programas de qualificação profissional pelas empresas envolvidas na educação para o trabalho e pelos governos que utilizam esse argumento em seus programas eleitorais, como solução para o desemprego.

Com o tratamento mais focalizado do Estado sobre o desemprego, a empregabilidade e a qualificação profissional aparecem imediatamente como os fatores mais importantes para a (re)inserção social e para a “garantia” da cidadania, uma vez que pode recompor o acesso do sujeito a certos direitos sociais e garantir sua presença, enquanto consumidor. Assim, ter uma formação profissional pode ser a condição de estar inserido na sociedade como resultado dos esforços, das competências e das habilidades individuais do sujeito, podendo assim existir como gente e ser

consumidor, invertendo o sentido político de “ser” social, pois o que interessa na sociedade atual é o “ter para ser”.

Na relação entre o mercado e o Estado não se exige a garantia de emprego para todos, mas que sejam dadas as condições da empregabilidade ao trabalhador, investindo em qualificação profissional. Neste sentido, as políticas públicas passaram a contemplar uma qualificação profissional voltada para a empregabilidade, com a formação de competências, deixando descoberta uma formação que estivesse em sintonia com uma educação profissional voltada para a construção política do sujeito, com a valorização do trabalho, enquanto categoria necessária à consolidação de valores sociais.

Desse modo, é importante observar a mudança de lugar social do trabalhador no processo de trabalho e a nova postura do Estado como regulador da relação entre capital e trabalho, embora não isento, como relações de força e disputa de poderes próprios do sistema capitalista de produção. A questão social, remetida à exclusão social, não é nada estranha ao capitalismo, mas faz parte da sua natureza para promover a acumulação de capital.

Alguns princípios da gerência administrativa passaram a determinar a atitude dos desempregados na busca da formação de competências, fazendo com que o indivíduo estivesse sempre predisposto para o trabalho, sabendo vender-se, ser eficaz e ter capacidade de organização, além de saber utilizar bem as informações e ter motivação. A diferença é que o capitalista gerencia a reprodução e a acumulação do seu capital e o trabalhador gerencia a venda da única mercadoria que lhe resta, a força de trabalho, autoresponsabilizando-se pela necessidade da qualificação profissional e, em muitos casos, pela situação de desempregado, culpando-se por seu fracasso pessoal.

O Estado também tendeu a assumir uma postura mais racionalizadora quando, por meio da política pública, passou a selecionar e classificar os tipos de excluídos, definindo públicos prioritários e orientando suas ações para alcançar níveis expressivos de empregabilidade, como demonstração de eficiência, desviando-se da questão fundamental que é o problema da má distribuição de renda, expressando a natureza excludente do sistema capitalista. Assim, o novo trabalhador, na sociedade flexível, formou-se sobre o *ethos* individualista e empreendedor, buscando suas competências particulares e naturalizando a insegurança e a desproteção social, além de ver perdido o sentido político de sua presença na sociedade.

Estas considerações serviram para confirmar, cada vez mais, a recomposição das forças materiais e subjetivas que objetivam a “perpetuação” do controle do capital sobre o trabalho, valendo-se de uma poderosa força ideológica que faz o trabalhador identificar-se mais com os ideais capitalistas, de progresso e sucesso pessoal, do que com os interesses coletivos dos seus pares, vivendo em situação de vulnerabilidade e degradação social. O sucesso pessoal e o encantamento

que o mercado pode oferecer, moldaram um cidadão consumidor, distanciado da noção de cidadania, como resultado de uma prática política ativa, propositiva e transformadora da sociedade. De um sujeito pacificado e naturalizado com a forma da exploração e exclusão social e do assentimento do Estado, só se pode esperar a legitimação da ordem social de reprodução do capital. O direito mais importante do trabalhador, que ainda se apresenta na pauta dos coletivos organizados, é o de encontrar um emprego, mesmo sabendo que, no capitalismo, nem todos o encontrarão, restando-lhe saber administrar a exclusão.

Dado o limite estrutural do capitalismo, a política pública de inserção social pelo trabalho, ao mesmo tempo em que aparece como garantidora das condições para que o sujeito possa encontrar uma ocupação, munido de qualificação profissional, exercendo um direito social, não pode dar garantias absolutas do emprego, além de desqualificar socialmente os que não têm formação profissional. Desse modo, como parte de um movimento dialético, a política pública ora aparece como asseguradora de um direito social do trabalhador, ora como negação social desse direito, pois se encontra numa situação em que está sempre sendo desafiada a encontrar estratégias de (re)inserção social e profissional dos sujeitos excluídos pelo capital. Por isso mesmo, a questão nevrálgica desta política pública de inserção pelo trabalho é conseguir atender às necessidades da qualificação profissional e da formação cidadã dos trabalhadores.

## **5 Qualificação profissional x formação cidadã: a experiência do PNQ/PlanTeQ-PB**

No Brasil, a partir dos anos de 1990, as políticas públicas, voltadas para o mercado de trabalho, foram reformuladas, ampliando o seu papel de mero intermediador e formador de mão-de-obra com um caráter instrumental. Os programas públicos de emprego passaram a incorporar em seus objetivos a inserção social pelo trabalho. No caso mais específico do programa de qualificação profissional, como o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR (1995-2002), além da inserção social, o caráter da empregabilidade dos indivíduos foi considerado uma de suas principais características, congregando a noção de competência e o desenvolvimento de um sujeito com comportamento autônomo e empreendedor no mercado de trabalho. Estes elementos são o reflexo de como o sujeito passou a ser encarado no mercado, sendo aparentemente estimulado a desenvolver suas habilidades técnicas particulares e poder tornar-se autônomo e gestor ou empreendedor de sua própria força de trabalho

Em sua versão mais recente, com o PNQ, criado em 2003, o programa de qualificação profissional assinala a responsabilidade do Estado para o enfrentamento do problema do emprego e concebe a política de formação profissional como um processo de construção social e como direito de cidadania, buscando resgatar a participação qualitativa dos vários sujeitos, envolvidos na



edificação da política pública. Todavia, a prática parece revelar impasses e dificuldades na forma como esta participação vem sendo encaminhada, uma vez que as relações de poder, já sedimentadas, tendem a cooptar o Estado e os segmentos desprotegidos aos ideais de eficiência e modernidade, exigidos pelo mercado, em sintonia com os interesses privados.

A relação entre qualificação profissional e formação cidadã, como já anunciado, compôs o horizonte deste estudo. A partir da pesquisa de campo buscou-se perceber a apreensão dos sujeitos a respeito deste tema, uma vez constituindo uma das propostas centrais, presentes no PNQ/PlanTeQ. Por isso, junto às executoras, tanto para o Sistema S como para as ONGs, procurou-se observar, na condução dos cursos de qualificação, a forma como orientaram os conteúdos relacionados à formação cidadã. Nos primeiros contatos, estas instituições tiveram o cuidado de defender a parceria com o Estado e a sua responsabilidade no trato com a relação institucional, construída em virtude da execução dos cursos de qualificação profissional. Inicialmente, prevaleceu uma linguagem formal em que se defendeu a importância da política pública de qualificação, bem como o princípio e o seu compromisso de formar não só profissionais, mas de orientar os sujeitos para se tornarem cidadãos. À medida que os contatos para a pesquisa tornaram-se mais informais, algumas posturas mais realistas da prática das executoras foram sendo reveladas, diante dos desafios que se apresentaram no cotidiano com os educandos.

Adotando fortemente uma postura mercadológica, voltada para a empregabilidade dos sujeitos, o Sistema S, por exemplo, tratou a questão da cidadania, não exatamente como formação política do indivíduo, enquanto capacitação para a compreensão de seus direitos e deveres, de saber opinar e reivindicar sobre questões de interesse coletivo e relativo a sua vida no trabalho. Na prática, o conceito de cidadania foi remodelado e simplificado para proporcionar uma adaptabilidade do sujeito no mercado de trabalho, com o sentido de resgatar este indivíduo de uma situação de risco social,<sup>6</sup> excluído pelo desemprego e desinserido da sociedade de consumo. Para os cursos que integravam a área de serviços junto ao Sistema S, segundo as colocações dos responsáveis pela educação profissional, a “asepsia” ou higiene pessoal do educando e a postura pessoal do saber falar e respeitar o “outro”, constituíam as maiores preocupações dos instrutores em sala de aula. Isto se deu em função do reconhecimento de preconceitos na hora da contratação de funcionários que não se encaixavam nos padrões de “boa aparência” exigidos pelas empresas, o que representava forte impedimento para muitos candidatos concorrerem a uma vaga no mercado de trabalho.

A realidade apresentada, a partir das experiências das executoras dos cursos profissionalizantes, demonstrou que a falta de educação escolar e doméstica, acumulada ao longo do tempo, se configurou em obstáculo para a contratação do trabalhador. Este problema não foi

---

<sup>6</sup> Violência social e doméstica, ausência ou deturpação de valores morais, desemprego, baixa autoestima etc.

encarado como resultado das falhas no sistema de educação e das desigualdades sociais no país, mas como uma carência típica de um sujeito pobre e sem ambição. Neste contexto, observou-se que o conteúdo da formação cidadã foi ressignificado e absorvido pelas executoras dos cursos de qualificação profissional, principalmente, no que se referia ao Sistema S, com o sentido de formar indivíduos para uma cidadania instrumental, prática, comportamental, para a civilidade, e não exatamente como formação de um sujeito reivindicativo e propositivo, mas adaptado, “acomodado” na sociedade. A dimensão política da vida social tem sido relegada a uma convivência civilizada, substituindo o sujeito crítico pelo indivíduo “colaborador”, competente no domínio das mais novas tecnologias, mas incapaz de se reconhecer verdadeiramente como cidadão.

Ainda no Sistema S, também foram registrados relatos de que a baixa escolaridade dos alunos do PlanTeQ, no caso daqueles classificados em situação de vulnerabilidade social, prejudicou o processo de aprendizagem, já que, com esta deficiência, muitos não tinham condições de assimilar e acompanhar os conteúdos ministrados. Este entendimento também foi reproduzido por outras executoras, fazendo com que a noção de inserção social ficasse reduzida à aquisição de uma instrução técnica básica permitindo ao sujeito, com isso, ser absorvido em alguma ocupação no mercado de trabalho. Assim, a formação social e cidadã encontrou-se restringida às instruções de educação doméstica e de comportamento social, requisitos que visam “adequar” ou “domesticar” o trabalhador às exigências do mercado, criando um sujeito resignado às situações diversas de trabalho que lhes são impostas.

Pelo que a pesquisa sinalizou, a efetivação da formação profissional e cidadã, nos cursos profissionalizantes, encontrou obstáculos, não somente devido às falhas constatadas na forma de condução da execução do PlanTeQ na Paraíba e nos processos de ensino aprendizagem, mas, também identificou respostas na própria realidade social dos sujeitos que carregavam déficits sociais históricos, resultantes de escolhas políticas e econômicas conservadoras que vieram aprofundar o processo de desigualdade social. Os valores pessoais/morais e a desigualdade social crescente contribuíram para criar mundos diferentes para as pessoas, como parte de um processo de segregação social. A exigência da inserção social obrigou os indivíduos a conviverem em ambientes estranhos aos seus, compartilharem ideias diferentes e aceitarem comportamentos e valores que se chocavam por serem alheios aos seus cotidianos, gerando um conflito de realidades e, quem sabe, crise de identidade (Telles, 2001). É o caso dos educandos que residem em comunidades em condições sociais precárias, e, durante o dia, vivem em mundos completamente diversos dos seus, no momento em que são funcionários de hotéis luxuosos, trabalham em shoppings, servem em restaurantes requintados, sendo obrigados a aprender regras de etiqueta e comportamentos inadequados ao seu cotidiano e estranhos à sua cultura. Por isso, a qualificação profissional também pode significar crise de identidade, uma vez que vê a sociabilidade construída pelo trabalho sendo

desmontada, não somente pelas mudanças tecnológicas, mas pela invasão dos valores da cultura dominante, que impõe padrões de comportamento sobre o conjunto dos indivíduos e define o modelo de trabalhador desejado pelo mercado.

De acordo com alguns instrutores dos cursos, constatando a difícil realidade social dos educandos, em determinados casos, foi exigido do professor uma habilidade a mais para entender a linguagem dos alunos, uma vez que estes faziam uso de gírias e expressões muito peculiares às suas comunidades. Por isso, admitiram que, antes de qualquer conteúdo político relacionado à formação cidadã, os assuntos constantes da formação social dos cursos de qualificação, estavam limitados à educação doméstica desses educandos. Ainda segundo a experiência dos educadores, encontraram-se casos recorrentes de alunos com dificuldades de efetuar matrícula por não possuírem RG ou CPF, principalmente, nas cidades do interior. Apesar destes problemas, prevaleceu a noção de que os cursos de qualificação poderiam transformar o indivíduo, permitindo que exercessem uma atividade profissional e fossem conduzidos à empregabilidade. A impressão dos instrutores sobre o educando ingresso foi a de um aluno sem identidade e sem a compreensão de si, a respeito do que queria ser.

De um modo geral, os educandos não identificaram os problemas didáticos, metodológicos e até a falta de conhecimento dos instrutores, o que foi atribuído à deficiência de criticidade destes indivíduos, prejudicados por um sistema educacional que não formou para a vida e nem para a contestação da realidade. Os cursos que foram acompanhados, por meio da pesquisa, apresentaram conteúdos técnicos e práticos elementares, com poucas condições de preparar, realmente, o sujeito para uma atividade profissional. Daí a necessidade do indivíduo estar sempre buscando uma nova formação para complementar a instrução recebida anteriormente, embora os alunos tenham avaliado os educadores e os cursos sempre positivamente. É exatamente este comportamento acomodado, por parte dos educandos, que cria as condições necessárias para que sejam manipulados de acordo com os interesses do sistema produtivo.

Os educandos que participaram da pesquisa, demonstraram a compreensão sobre a necessidade de ter uma instrução profissional ou de atualizar suas habilidades, para aqueles que já estavam no mercado de trabalho. Foi este sentimento que pareceu servir de estímulo a que buscassem fazer novos cursos e não se contentarem com apenas um, no intuito de ampliar seus “conhecimentos” e as possibilidades de empregabilidade.

O discurso, presente no mercado, de que a qualificação profissional é importante, pareceu contaminar a mente e os ideais dos educandos, como algo capaz de conduzi-los a um lugar melhor, mas os incapacitou a assimilarem, qualitativamente, os efeitos da qualificação profissional e da formação cidadã em suas vidas. Interessava apenas ter a instrução para, com isso, conseguir uma ocupação que promovesse uma inserção imediata. Frente às exigências do mercado de trabalho e à urgência para ter emprego e renda e tornar-se um consumidor, não havia tempo para desenvolver

estratégias, voltadas para uma formação profissional que proporcionasse a estes sujeitos um trabalho com maior remuneração.

A noção de instrução profissional pareceu adaptar-se muito melhor a esse ambiente do trabalho temporário, flexível, volátil, de homens também temporários e flexíveis que não necessitavam, no seu conjunto, de uma formação mais elaborada para desenvolver uma profissão, até porque o mercado passou a privilegiar mais o sentido de habilidades ou capacidades, em detrimento da profissão, como formação social. A mensagem simbólica que povoa o mundo do trabalho na contemporaneidade é de que o sujeito tem que ser “proativo”, ou seja, tem que estar disposto a toda espécie de exigência no trabalho e considerar isso como sendo competência, eficiência e produtividade. É uma espécie de indivíduo que não cria, não pensa, apenas realiza uma instrução própria para o momento, já que o trabalho assume um caráter cada vez mais efêmero, interferindo na subjetividade do trabalho.

A partir destas considerações, verificou-se que a formação cidadã dos sujeitos, enquanto proposta presente no PNQ/PlanTeQ-PB, encontra-se comprometida, tendo em vista os cursos não oferecerem condições para preparar os educandos para uma vida profissional competitiva e, menos ainda para uma ação política participativa. Além disso, a inserção social e profissional dos trabalhadores, apresentou-se cada vez mais condicionada às normas estabelecidas pelo mercado de trabalho. Somente a instrução técnica não é suficiente, pois os alunos “precisam” ter seus valores sempre adaptados às exigências dos padrões e submetidos ao seu controle, o que remete às considerações de Marx (1989), a respeito do processo sempre renovado de submissão do trabalho ao capital.

Assim, é difícil esperar um sujeito consciente do seu lugar social e cidadão, pois, da forma como a qualificação profissional vem sendo conduzida, apresentando fissuras graves no processo de construção e execução da política pública, pode estar ocorrendo a continuidade de uma formação profissional instrumentalizada para acolher os interesses do capital, privilegiando instruções elementares para adequarem-se às engrenagens da reprodução capitalista, em detrimento da formação do saber. Nesse contexto, o processo da qualificação profissional, através das políticas públicas, faz-se perverso por alimentar a fé no sujeito participante, competente e independente. Isso não quer dizer que a concepção do programa de qualificação profissional deixe de contemplar princípios políticos que tenham a intenção de privilegiar uma maior participação da sociedade, formando sujeitos pensantes e de ação. Apreendeu-se das entrevistas realizadas que, na prática, a ideologia do capital e as relações de poder são articuladas, de forma a contaminar parte do processo de construção social da política pública, transformando os indivíduos em permanentes desqualificados nos aspectos profissional e político.

Apesar de constituir-se numa proposta de visível importância, a formação social e cidadã dos sujeitos, com a intenção de enriquecer a dimensão da participação política, tem sido dificultada por uma ordem de poderes estabelecidos para controlar o processo de recriação e reprodução de valores e, neste, o trabalhador e suas capacidades (Marx, 1989). Neste movimento, resta ao trabalhador lutar para manter-se vivo e útil à produção, renovando ou qualificando o valor de uso de sua mercadoria força de trabalho.

Se não houver nenhuma interferência por parte dos representantes dos trabalhadores, do modo como vem se processando, a qualificação profissional tende a evoluir apenas pelo lado da instrução profissional, tornando o indivíduo mais passivo e acomodado às exigências do mercado. A formação política e cidadã só interessa aos trabalhadores, pois é contrária à postura do sujeito adestrado e não conduz a um comportamento prático e eficiente para atender às condições do mercado, afora o fato de que um sujeito consciente politicamente seria mais participativo, crítico e contestador do seu lugar social, colocando em risco o lugar dos detentores do poder na sociedade.

Sabendo que a ideologia capitalista se organiza de modo a perpetuar a dominação e exploração do trabalho, inibindo os sujeitos, em sua capacidade de sentir, pensar e agir, qualquer política pública que vise recuperar parte da visibilidade e da ação desses sujeitos, só poderá fazer-se mais efetiva se construída, enquanto um conjunto de estratégias integradas em torno da revitalização do sistema de educação, saúde, habitação, segurança, emprego, cultura, entre outros. Para isso, o interesse do coletivo tem que se fazer premissa na gestão pública, inibindo a gerência favorecedora das ambições individuais e político-partidárias, os desvios de funções e de objetivos e que os representantes políticos, indubitavelmente, possam ser reconhecidos pelos segmentos sociais que os escolheram pelo exercício livre da cidadania. Tudo isso será possível no momento em que a sociedade brasileira compreender que a satisfação das necessidades básicas do cidadão não pode ser encarada pelo Estado, por alguns políticos e até mesmo pelo público alvo, como moeda de troca, de compra de consciência e dignidade, e passe a ser considerada, verdadeiramente, como direito de cidadania.

Neste processo dialético, não há vítima nem algoz, pois todos contribuem para a transformação das ideias, dos fatos e das relações de poder criadas e legitimadas. O importante é acreditar que, tudo isso, pode ser transformado em uma sociedade melhor pelos mesmos sujeitos que, por ventura, se encontram inertes. Basta que assumam a sua posição de protagonistas e façam a sua história.

## 6 Considerações finais

O avanço frenético da técnica sempre criará a necessidade de qualificação para a força de trabalho, além de um contingente de inúteis que não mais serão absorvidos no processo produtivo. Desse modo, no contexto atual, as vagas que sobram não são para todos, mas para os que apresentam competência suficiente e podem adaptar-se aos novos padrões no processo de trabalho.

Na sociabilidade atual, o que vem prevalecendo é a noção de inserção social pelo mercado, como sendo um espaço livre e igual para todos, bastando ser competente para ser reconhecido como sujeito social e, sobretudo, como consumidor. A compreensão de desigualdade social como resultado das imperfeições do capitalismo encontra-se ultrapassada pela ideia de responsabilização individual da pobreza. Os valores característicos da sociedade flexível são os do mercado, dos interesses particulares e do trabalhador proativo e empreendedor. Neste cenário, a cidadania também é submetida à ressignificação quando se vê perdido o sentido político de comunidade, solidariedade e direito coletivo, para reencontrar-se no direito individual e na noção de “cidadão consumidor”.

As políticas públicas também sofreram os impactos dessas mudanças e foram instadas a responder com ações efetivas sobre o crescimento do problema do emprego e da pobreza. Neste sentido, os programas sociais ganharam expressão no trato da fome e da miséria, enquanto os programas de emprego buscaram criar medidas de geração de ocupação e renda e de preparação da mão-de-obra para o mercado de trabalho. A mentalidade de sujeito proativo e competente, ideologicamente, veio responsabilizar o indivíduo pela desinserção social, assim como pelas chances de (re)inserção, mascarando a eliminação de postos de trabalho e o caráter do desenvolvimento desigual, próprios ao capitalismo. Assim, a característica das políticas públicas, na década de 1990, no enfrentamento do desemprego e da pobreza, atuaram de modo a tentar criar condições de (re)inserção social dos sujeitos pelo mercado, gerando oportunidades de renda, promovendo a qualificação profissional e estimulando o empreendedorismo individual, em contraposição ao desenvolvimento e fortalecimento de uma postura política mais qualitativa por meio da participação cidadã.

O PNQ veio representar um novo momento político ao atribuir significado à qualificação enquanto política pública e como direito de cidadania. Contudo, construir e implementar uma política pública por meio da participação da sociedade, não representa uma tarefa simples. Mesmo que os espaços democráticos estejam institucionalmente garantidos, a não participação popular, ainda se encontra naturalizada pelo vício do paternalismo e do assistencialismo, colocando o sujeito na posição de receptor e assistido pelas ações do Estado, sem exercitar a reivindicação e a fiscalização das formas de intervenção pública.

Pelas entrevistas, pôde-se perceber que, o tratamento da relação entre qualificação profissional e formação cidadã, presente no PNQ/PlanTeQ, apresentou-se complexo, expressando a difícil compatibilização entre mercado e cidadania. Considerando a dimensão do mercado, a qualificação profissional tende a ser encarada como instrução técnica necessária para o indivíduo atingir os critérios da empregabilidade, exigindo-lhe um comportamento racional e flexível, em consonância com a noção de competência. Em se tratando da formação cidadã, ao sujeito cabe não somente a preparação para o mercado, mas que sua formação profissional faça parte de uma história de vida; que o ato de trabalhar tenha sentido e seja reconhecido como uma relação social, em que o trabalhador possa ser também sujeito político. Portanto, estas duas concepções são conflitantes por natureza, tendo em vista que o livre jogo do mercado inclina-se no privilégio da formação de um indivíduo prático e acrítico, contrariando a noção de trabalho considerada como relação social.

O processo de construção da política pública é parte de um movimento dialético que está carregado de valores, contradições e relações de poder. Assim, os limites encontrados na execução do PNQ/PlanTeQ-PB refletem a relação possível entre Estado e sociedade, diante dos desafios históricos impostos pela reprodução do capital e suas implicações locais.

## 7 Referências bibliográficas

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

AZEREDO, B.. **Políticas públicas de geração de emprego no Brasil**: limites e possibilidades. In: OLIVEIRA, M. A. de (Org.). Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil. Campinas: Unicamp-IE, 1998.

BRASIL. **Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR**. MTE/SPPE/DQP/FAT, Brasília, junho, 2001b. <http://www.oitcinterfor.org/public/spanish/region/.../exp/.../planfor.doc>. Acesso em 26 de janeiro de 2010.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Qualificação - PNQ**. 2003a. <http://www.mte.gov.br/pnq>. Acesso em 26 de janeiro de 2010.

CASTEL, R.. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

COSTA, L. R.. **A crise do fordismo e o embate entre qualificação e competência**: conceitos que se excluem ou que se complementam? Revista de Ciências Sociais Política e Trabalho, João Pessoa, n. 26, p. 127-142, abr. 2007.

DEDECCA, C. S.. **Emprego e qualificação no Brasil dos anos 90**. In: OLIVEIRA, M. A. de (Org.). Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil. Campinas: Unicamp-IE, 1998.

- DUGUÉ, E.. **A gestão das competências**: os saberes desvalorizados, o poder oculto. In: DESAULNIERS, J. B. R. (Org.). **Formação & trabalho & competência**: questões atuais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- HARVEY, D.. **Condição pós-moderna**. 15ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- IAMAMOTO, M. V.. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis, Brasília: ABEPSS, ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./jul., 2001.
- MARX, K.. **O capital**: crítica da economia política. 12ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, V. I., 1989.
- MATUSITA, A. P. e GIMENEZ, D. M.. **O capitalismo avançado no pós-guerra e a experiência recente das políticas públicas de emprego**. In: DIEESE. **Emprego e desenvolvimento tecnológico**: artigos dos pesquisadores. São Paulo: DIEESE; Campinas: CESIT, 1999.
- MÉSZAROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- \_\_\_\_\_. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MORETTO, A. J., GIMENEZ, D. M. e PRONI, M. W.. **Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil**. In: PRONI, M. W. e HENRIQUE, W. (Orgs.). **Trabalho, mercado e sociedade**: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, São Paulo: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.
- NOGUEIRA, M. A.. **Um Estado para a sociedade civil**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2005.
- OLIVEIRA, F. de. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, L.. **Os excluídos ‘existem’?** Notas sobre a elaboração de um novo conceito. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, nº. 33, ano 12, pp. 49-61, fevereiro de 1997.
- OLIVEIRA, R. V. de (Org.). **Qualificar para quê? Qualificação para quem?** Do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje. São Paulo: Fundação UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFCEG, 2006a.
- ORTEGA, A. S., OCAÑA, C. M. e FARELO, R. M.. **Paro, exclusión y políticas de empleo**: aspectos sociológicos. Valencia: Tirant lo Blanch, 2004.
- PAIVA, V.. **Inovação tecnológica e qualificação**. Educação & Sociedade, Campinas: Papirus, v. XVI, n. 50, p. 70-92, abril/1995.
- \_\_\_\_\_. **Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social**. In: GENTILI, P. e FRIGOTTO, G. (Orgs.). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3ª edição, São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- PARAÍBA. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e da Produção. **Relatório PLANTEQ 2007**. João Pessoa, SEDESP, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Relatório circunstancial de avaliação, supervisão e monitoramento dos cursos do PlanTeQ/PB**. João Pessoa, Casa Caiada, PNQ/PlanTeQ-PB, 2010b.
- RAMOS, M. N.. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? 3ª edição, São Paulo: Cortez, 2006.
- TELLES, V. da S.. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: USP, Curso de Pós-graduação em Sociologia: Editora 34, 2001.